

ELEMENTO TÉCNICO Nº 5/2019 - IGESDF/DILOG/GEMIN/COOBR/NUOBR

Unidade: GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA (GEMIN)
Solicitante: THIAGO TEIXEIRA GOMES
Interessado/Responsável: THIAGO MANAIA ANHE
E-mail: thiago.manaia@igesdf.org.br
Contato: (61) 3550-8900 (ramal 9135)

1. DO OBJETO

1.1. O presente Elemento Técnico tem por objeto **a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gases medicinais, sistema de ar comprimido medicinal e sistema de vácuo clínico, incluindo a cessão em regime de comodato de tanques/cilindros**, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes neste Elemento Técnico, para atender às necessidades do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

1.2. Os itens serão fornecidos conforme programação constante na Ordem de Fornecimento.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal presta ações e serviços de saúde hospitalar, ressaltando a formação profissional e a educação permanente, bem como a prestação de serviços públicos nas atividades correlatas e inerentes à saúde pública, atuando exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A terminologia utilizada neste Elemento Técnico e seus Anexos segue o preconizado pelas Resoluções ANVISA RDC 50/2002, RDC 69/2008, RDC 70/2008 e pela norma Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 12.188, DE 07/03/2016. Outrossim, tal Elemento Técnico padroniza e descreve os procedimentos distintos de aquisição e locação, atendendo, dessa maneira, às necessidades das Unidades Hospitalares e de Pronto-Atendimentos quanto à contratação de gases medicinais, quais sejam:

- a) Prestação dos serviços de fornecimento ininterrupto de gases medicinais, cessão em regime de comodato de tanques/cilindros;
- b) Fornecimento parcelado de gases medicinais liquefeitos;
- c) Locação de sistema de ar comprimido medicinal;
- d) Locação de sistema de vácuo clínico.

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), gases medicinais são medicamentos na forma de gás, gás liquefeito ou líquido criogênico, isolados ou associados entre si e administrados em humanos para fins de diagnóstico médico, tratamento ou prevenção de doenças, além de ser utilizado para restauração, correção ou modificação de funções fisiológicas. Para o uso medicinal em Estabelecimentos de Assistência de Saúde (EAS), os gases mais comumente empregados são: Oxigênio, Dióxido de Carbono, Nitrogênio e Óxido Nitroso, Óxido Nítrico.

Atualmente, pode-se observar o grande avanço da tecnologia na área médica e, em consequência disso, o desenvolvimento de novos procedimentos para tratamentos de doenças. Um reflexo disso é o crescimento do uso de gases medicinais dentro das Unidades Hospitalares e de Pronto Atendimento, bem como os custos associados a esta utilização. Cresce também a necessidade de melhorar o controle de consumo e distribuição de gases medicinais dentro destes ambientes, aumentando a eficiência dos serviços e controlar os custos advindos deste fornecimento.

O IGESDF é responsável por 2 (dois) hospitais e 6 (seis) UPAs no Distrito Federal onde são utilizados gases medicinais, sistema de vácuo clínico e ar comprimido medicinal, sendo responsável pelo atendimento mensal de milhares de pessoas que necessitam do serviço de saúde.

O consumo de gases, baseado no ano de 2019, justifica a contratação de fornecimento através de tanques de oxigênio líquido medicinal, que além de trazer mais segurança na rede, possibilita maior controle dos níveis de abastecimento e gestão do fornecimento. Nos hospitais este tipo de fornecimento já é realizado, porém nas UPAs o oxigênio é utilizado na forma gasosa, através de uma linha de 6 cilindros de 10m³ cada. Esta linha, por ser composta no seu início de curso por tubulação de cobre aparente, fica sujeita à deformações provocadas pela operação de troca constante dos cilindros. Esta situação foi objeto de não-conformidade apontada pela fiscalização da Vigilância Sanitária da Região Administrativa de Ceilândia, durante visita na UPA 24H daquela região, resultando em uma recomendação do fiscal pela troca de toda estrutura constantemente ou substituição da linha de cilindros pelo tanque de oxigênio líquido.

Um estudo prévio de viabilidade econômica, realizado pela equipe da Gerência de Manutenção e Infraestrutura, que toma por base o consumo de oxigênio nas UPAs do Distrito Federal no segundo semestre de 2019, constatou que o custo de instalação e manutenção do tanque mais o preço estimado de fornecimento do insumo representa maior economia ao IGESDF, além de proporcionar uma prestação de serviço mais controlada e eficiente nos gases medicinais.

O fornecimento em cilindros (estado gasoso), justifica-se pelo consumo baixo de determinados gases, que são utilizados em procedimentos específicos e não demandam grande volume de utilização.

Assim, as instalações devem, obrigatoriamente, atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis, quais sejam:

I - **RDC Nº 50/2002 (Anvisa)** - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;

II - **RDC Nº 69/2008 (Anvisa)** - estabelece as Boas Práticas de Fabricação de gases medicinais, que devem ser observadas pelas empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais para obterem o Certificado de Boas Práticas de Fabricação de gases medicinais (CBPF), emitido pela Anvisa;

III - **RDC nº 70/2008 (Anvisa)** - estabelece a lista de gases medicinais de uso consagrado e de baixo risco sujeitos à notificação e aos procedimentos para a notificação, que são gases medicinais de uso médico bem estabelecidos e cujas características clínicas, físicas e químicas estão descritas na literatura científica e compêndios farmacêuticos;

IV - **ABNT NBR 12.188** - Sistema centralizado de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde;

V - **ABNT NBR 11906:2011** - Conexões roscadas para postos de utilização sob baixa pressão, para gases medicinais, gases para dispositivos médicos e vácuo clínico, para uso em estabelecimentos de saúde;

Nas situações em que as normas técnicas brasileiras forem ausentes, omissas ou insuficientes, devem ser observadas as normas internacionais cabíveis.

Considerando o acima exposto, a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gases medicinais, sistema de ar comprimido medicinal e sistema de vácuo clínico, incluindo a cessão em regime de comodato de tanques/cilindros, faz-se necessária para atendimento à demanda assistencial das unidades de saúde sob gestão do IGESDF, possibilitando o aumento da eficácia gestão destes insumos e sistemas através do controle específico de cada um deles, entregando à população um serviço de qualidade.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os serviços abrangem as seguintes Unidades do IGESDF: Hospital de Base do Distrito Federal (HB), Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), UPA - Ceilândia, UPA - Núcleo Bandeirante, UPA - Recanto das Emas, UPA - Samambaia, UPA - Sobradinho e UPA - São Sebastião.

3.2. Em uma tabela, tem-se os serviços que serão objeto deste Elemento Técnico e seus Anexos:

Tabela 1 - Serviços a serem prestados

Item	Descrição do serviço
1	Prestação de serviços de fornecimento ininterrupto de gases medicinais, cessão em regime de comodato de tanques/cilindros
2	Prestação de serviços de fornecimento parcelado de gases medicinais liquefeitos
3	Instalação, Montagem e Locação de sistemas de ar comprimido medicinal
4	Instalação, Montagem e Locação de sistemas de vácuo clínico

3.3. Em uma tabela, tem-se os endereços dos locais de prestação dos serviços:

Tabela 2 - Endereço das Unidades do IGESDF onde serão prestados os serviços

Item	Unidade	Endereço
1	Hospital de Base do Distrito Federal	SMHS - Área Especial, Q. 101 - Asa Sul, Brasília-DF, 70.330-150
2	Hospital Regional de Santa Maria	AC 102, Blocos, Conj A/B/C - Santa Maria, Brasília-DF, 72502-100
3	UPA - Ceilândia	Setor Norte, QNN 27, Área Especial D - Ceilândia, Brasília - DF, 72225-270

4	UPA - Núcleo Bandeirante	DF-075, Km-180, Área Especial, EPNB, Brasília-DF, 71705-510
5	UPA - Recanto das Emas	Quadras 400 - 600 s/n, Área Especial, Brasília-DF, 72630-250
6	UPA - Samambaia	QS 107, Conj - Área Especial, Brasília-DF, 7232-700
7	UPA - Sobradinho	DF-420, em frente à AR-13, próximo ao COER - Sobradinho II-DF
8	UPA - São Sebastião	Quadra 102, Conj. 1 - São Sebastião-DF, 71692-101

3.4. Nas tabelas a seguir, estão especificados os lotes, os tipos de gases, os sistemas de fornecimento e uma estimativa de consumo para cada um destes:

Tabela 3 - Tipos de gases, capacidade de armazenamento e estimativa de consumo

Lote	Item	Tipo	Unidade	Local de Fornecimento	Forma de apresentação	Capacidade aproximada (M3)	Estimativa de consumo mensal (M3)	Estimativa de consumo anual (M3)
1	1	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	HB	Tanque	25.000,00 (mínimo)	120.000,00	1.440.000,00
1	2	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	HRSM	Tanque	25.000,00 (mínimo)	60.000,00	720.000,00
1	3	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	UPACE	Tanque	1.000,00 (mínimo)	3.000,00	36.000,00
1	4	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	UPANB	Tanque	1.000,00 (mínimo)	2.000,00	24.000,00
1	5	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	UPARE	Tanque	1.000,00 (mínimo)	2.000,00	24.000,00
1	6	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	UPASA	Tanque	1.000,00 (mínimo)	3.000,00	36.000,00
1	7	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	UPASO	Tanque	1.000,00 (mínimo)	2.000,00	24.000,00
1	8	Oxigênio líquido medicinal	metros cúbicos	UPASS	Tanque	1.000,00 (mínimo)	2.000,00	24.000,00
1	9	Oxigênio gasoso medicinal	metros cúbicos	Todas as Unidades	Cilindros	Até 1M3	50,00	600,00
1	10	Oxigênio gasoso medicinal	metros cúbicos	Todas as Unidades	Cilindros	com sistema de regulagem integrado	500,00	6.000,00
1	11	Oxigênio gasoso medicinal	metros cúbicos	Todas as Unidades	Cilindros	Entre 1,5 e 4 M3	100,00	1.200,00
1	12	Oxigênio gasoso medicinal	metros cúbicos	Todas as Unidades	Cilindros	Até 10M3	200,00	2.400,00
1	13	Nitrogênio gasoso medicinal	metros cúbicos	Todas as Unidades	Cilindros	Até 10M3	300,00	3.600,00
1	14	Dióxido de Carbono Medicinal	Kg	Todas as Unidades	Cilindros	Até 28Kg	50,00	600,00
1	15	Óxido Nítrico Medicinal	Cilindro	Todas as Unidades	Cilindros	Até 8M3	1,00	12,00
1	16	Óxido Nitroso medicinal	Cilindro	Todas as Unidades	Mistura 500ppm NO em N2	Até 6M3	3,00	36,00

Tabela 4 - Tipos de Sistema e estimativa de vazão efetiva

Lote	Item	Tipo	Unidade	Local de Fornecimento	Vazão efetiva (M3/h)	Período de faturamento
2	1	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	HBDF	440,00	Mensal
2	2	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	HRSM	318,00	Mensal
2	3	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	UPACE	17	Mensal
2	4	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	UPANB	17	Mensal

2	5	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	UPARE	17	Mensal
2	6	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	UPASA	17	Mensal
2	7	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	UPASO	17	Mensal
2	8	Instalação, Montagem e Locação de Sistema de Ar comprimido medicinal	M3/h	UPASS	17	Mensal
2	9	Fornecimento de cilindros de ar comprimido medicinal	metros cúbicos	Todas as Unidades	300,00	sob demanda

Tabela 5 - Tipos de Sistema e estimativa de vazão efetiva

Lote	Item	Tipo	Unidade	Local de Fornecimento	Vazão efetiva (M3/h)	Período de faturamento
3	1	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	HBDF	490,00	Mensal
3	2	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	HRSM	365,00	Mensal
3	3	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	UPACE	12,00	Mensal
3	4	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	UPANB	12,00	Mensal
3	5	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	UPARE	12,00	Mensal
3	6	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	UPASA	12,00	Mensal
3	7	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	UPASO	12,00	Mensal
3	8	Instalação, Montagem e Locação de Sistemas para fornecimento de vácuo medicinal	M3/h	UPASS	12,00	Mensal

3.5. A CONTRATANTE não disponibilizará área dedicada aos colaboradores da CONTRATADA.

3.6. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS E CESSÃO EM REGIME DE COMODATO DE TANQUES/ CILINDROS

3.6.1. O Sistema de abastecimento que deverá ser adotado, instalado e fornecido pela empresa CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, será:

- Centrais de Reservação;
- Centrais de cilindros;
- Tanques.

3.6.2. Sistemas de Tanques

3.6.2.1. Os Sistemas de Tanques devem manter suprimento reserva para possíveis emergências, os quais devem entrar automaticamente em operação caso a pressão mínima de operação preestabelecida do suprimento primário for atingida.

3.6.2.2. Os Sistemas de Tanques a serem implantados deverão ficar protegidos de fontes de calor como, por exemplo: incineradores, caldeiras, de tal sorte que os cilindros utilizados e/ou outros equipamentos não atinjam a temperatura máxima de 54°C. Nesse mesmo sentido, estes devem ficar afastados de transformadores, contadores, chaves elétricas e linhas abertas de condutores de energia elétrica.

3.6.2.3. Os Sistemas de Tanques devem ser implementados, obrigatoriamente, acima do nível do solo, ao ar livre ou, quando não for possível, abrigados em ambientes à prova de incêndio, protegido das linhas de transmissão de energia elétrica.

3.6.2.4. Os sistemas de Tanques não podem estar localizados na Cobertura da Edificação.

3.6.2.5. Os ambientes onde estão instaladas as Centrais de reservação e usinas concentradoras devem ser exclusivos, não podendo ter qualquer tipo de ligação com locais de uso ou armazenagens de agentes inflamáveis. O piso deste ambientes deve ser resistente à combustão bem como ao Oxigênio Líquido.

3.6.2.6. Caso o ambiente apresente declive, deve ser eliminada a possibilidade de escoamento de oxigênio líquido de atingir áreas adjacentes as quais possuam material combustível.

3.6.2.7. Os sistemas existentes deverão sofrer reavaliações técnicas críticas por conta da CONTRATADA, dispostas no Relatório Técnico Mensal de Atividades.

3.6.3. **Redes de distribuição**

3.6.3.1. As tubulações, válvulas reguladoras de pressão, manômetros e demais válvulas que fazem parte das centrais existentes e das centrais a serem instaladas, devem ser instaladas e mantidas pela CONTRATADA. Os materiais empregados devem ser adequados ao tipo de gás com o qual irão trabalhar, além de serem instalados de maneira a resistir às pressões específicas do sistema.

3.6.3.2. As novas tubulações a serem implantadas para interligação do sistema à rede existente que atravessem via de veículos, arruamentos, estacionamentos ou outras áreas sujeitas a cargas de superfície devem ser protegidas por dutos ou encamisamento tubular, respeitando-se a profundidade mínima de 1,20 metros. Nos demais casos, a profundidade mínima necessária é de 0,80 m., sem necessidade de proteção.

3.6.3.3. Durante o trajeto, tais tubulações não devem ser expostas ao contato com óleos ou substâncias graxas. Essas tubulações, quando instaladas em locais de armazenamento de material combustível ou em lavanderias, preparo de alimentos e refeitório ou outras áreas de igual risco de aquecimento, devem ser encamisadas em tubos de aço.

3.6.3.4. As válvulas de seção devem ser instaladas (ou substituídas) em local de fácil acesso, sem quaisquer tipos de barreiras que impeçam sua operação, em caso de manutenção ou de emergência.

3.6.3.5. Todas as válvulas devem estar sinalizadas com aviso de advertência para manipulação somente por pessoal autorizado.

3.6.3.6. Deve ser instalada uma válvula de seção após a saída da central, antes do primeiro ramal de distribuição. Além disso, cada ramal secundário da rede de distribuição deve ter uma válvula de seção instalada de maneira a permitir a isolação deste ramal, não afetando o suprimento dos outros conjuntos.

3.6.3.7. As Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), o Centro Cirúrgico (CC) e Obstetrício (CO) estão sendo atendidos pela tubulação principal da rede de distribuição, devendo ser instalada uma válvula de seção à montante do painel de alarme de emergência específico de cada uma dessas unidades.

3.6.3.8. Caso não existam tais válvulas e/ou os painéis, deverá ser relatado formalmente à CONTRATANTE para as devidas providências.

3.6.4. **Sistema de Alarme e Monitorização**

3.6.4.1. Todos os alarmes, novos ou existentes, devem ser precisamente identificados e instalados em locais onde seja possível sua observação total e constante.

3.6.4.2. No sistema central deve haver um alarme operacional o qual indique quando a rede de distribuição deixar de receber de um suprimento primário, tanto de uma bateria de cilindros, quanto de um tanque, e passar a receber de um suprimento secundário ou, ainda, de um suprimento reserva, caso não existam ou apresentem mau funcionamento.

3.6.4.3. Esse alarme deve ser visual e sonoro, sendo que o alarme visual somente poderá ser reiniciado quando do restabelecimento do suprimento primário.

3.6.4.4. Nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), Centro Cirúrgico (CC), Centro Obstetrício (CO) e nos locais onde tenham equipamentos de suporte à vida instalados, devem ser instalados, também, alarmes de emergência que atuem quando a pressão manométrica de distribuição atingir o valor mínimo de operação.

3.6.5. **Oxigênio medicinal**

3.6.5.1. O sistema de abastecimento de oxigênio medicinal será abastecido por cilindros transportáveis e por centrais de reservação.

a) Centrais de suprimento com cilindros: contém oxigênio no estado gasoso mantido em alta pressão, a ser fornecido pela CONTRATADA. Devem ser instaladas com duas baterias de cilindros, sendo uma delas reserva, que fornecem o gás à rede de distribuição sem interrupção. A capacidade da Central deve ser dimensionada de acordo com o fator de utilização previsto e a frequência de fornecimento, sendo no mínimo igual ao consumo normal de dois dias da Unidade (Hospitalar ou de Pronto-Atendimento).

b) Centrais de suprimento com tanque criogênico: contém oxigênio no estado líquido, que é convertido para o estado gasoso através de um sistema vaporizador. Este tipo de instalação tem uma central de cilindros ou tanque como reservas, ambos de responsabilidade da CONTRATADA, a fim de atender a possíveis emergências. O esvaziamento de cilindros de *backup* deverá obedecer as normas vigentes e seu consumo será pago com base no preço contratado para gases.

3.6.5.2. O Oxigênio líquido medicinal deverá ser fornecido pela empresa CONTRATADA observando a tabela de consumo mensal estimado.

3.6.6. **Fornecimento de Gases medicinais**

3.6.6.1. A CONTRATADA deverá instalar as Centrais de cilindros em local a ser definido pela CONTRATANTE.

3.6.6.2. Todas as obras civis inerentes à instalação das Centrais de cilindros também correrão por conta da CONTRATADA.

3.6.6.3. Todos os cilindros necessários à execução do contrato serão por conta da CONTRATADA, disponibilizados nos locais de consumo indicados pela CONTRATANTE.

3.6.6.4. Em momento algum, poderá haver falhas de fornecimento de gás.

3.6.7. Regime de atendimento/ Execução dos serviços

3.6.7.1. Os atendimentos ocorrerão de Segunda à Segunda, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em Feriados.

3.6.7.2. A CONTRATADA deverá possuir um técnico de plantão para estes atendimentos.

3.6.7.3. As solicitações deverão ser atendidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da confirmação da solicitação.

3.7. Sistema de ar comprimido medicinal

3.7.1. O sistema deverá ser em gabinete metálico, com proteção anticorrosiva para ser instalado em ambiente aberto, com isolamento acústico, sistema de exaustão, e composto de:

a) Compressores de ar comprimido medicinal (Principal e Reserva com a mesma capacidade, de forma que com apenas 01(um) compressor em operação o sistema tenha plena capacidade de suprir a vazão máxima provável do hospital, conforme item 7.3.3.2 da RDC-50):

b) Tipo parafuso rotativo, Pressão de trabalho de 125 psi, Tensão 380V trifásica, frequência 60Hz.

c) 02 Compressores tipo parafuso rotativo, projetado para operação contínua;

d) Motor de 7 KW (10HP); e) Pressão de trabalho de 125 psi;

e) Capacidade de deslocamento: 61,2 m³/h; g) Tensão 380V trifásica;

f) Frequência 60Hz

3.7.2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Tensão (V): 380V

b) Capacidade efetiva mínima (m³ /h): 125

c) Capacidade do pulmão (l) 600

3.7.3. O Sistema de ar Medicinal deverá seguir as Normas técnicas e recomendações da ABNT – NB12188-, do Ministério da Saúde – Portaria RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002, e do Ministério do trabalho - NR13;

3.7.4. O sistema deverá atender a uma capacidade de produção efetiva mínima de 50m³/h a pressão de trabalho de 8 bar;

3.7.5. Que possa operar com sistema elétrico de emergência do hospital, em caso de pane ou queda de energia;

3.7.6. O sistema deverá produzir ar medicinal com as seguintes características:

a) Partículas <0,01mg/m³;

b) Óleo residual <0,01mg/m³;

c) Vapor de óleo e hidrocarbonetos <0,003mg/m³;

d) CO₂ <500ppm;

e) CO <5ppm;

f) SO₂ <1ppm;

g) Nox <2ppm;

h) Odor e sabor – Livre;

i) Ponto de orvalho – 45,5oC;

3.7.7. Pré-filtros coalescentes de alta eficiência para remoção de óleo, reduzindo o nível de umidade e partículas até 0,001mícrons (conteúdo remanescente de óleo de 0,01mg/m³ máximo);

3.7.8. Filtro bacteriológico em aço inox 316, com cartucho tipo CVGB, em PVDF hidrofóbico 0,22, um de poro, com certificado de teste de integridade;

3.7.9. Pós-filtro coalescente e carvão ativado com retenção de partículas de até 0,01 mícrons e remanescente de óleo de 0,003 mg/m³;

3.7.10. Sistema de pré-secagem: Sistema formado por secador por refrigeração instalado com o objetivo de aumentar a vida útil do sistema de tratamento e pré-secagem do ar;

3.7.11. Sistema de purificação e secagem. Este sistema de purificação deverá se dotado de sistema de tratamento e remoção de contaminantes, tendo como produto final um ar respirável medicinal e deve ser composto dos seguintes estágios de tratamento;

3.7.12. Quadro de regulagem e redução de pressão em by-pass, pressão de entrada de 7 bar, pressão de saída de 6 bar, compostos de dois reguladores em by pass;

3.7.13. Painel elétrico dotado de o PLC que controla a unidade, partida direta, em cofre de aço, porta frontal, equipado com contatores, relés, indicadores luminosos, temporizadores e seletores de operação manual ou automático, protetores de inversão de fase, sub e sobretensão, indicador de falta de fase e inversão automática;

3.7.14. Pulmão de ar comprimido, pressão de teste 15 bar, válvula de segurança calibrada para 12bar, com volume 600 litros.

- 3.7.15. Sistema de alarme visual e sonoro;
- 3.7.16. Central reserva de cilindros.
- 3.7.17. A Central de suprimento com compressores de ar deve possuir filtros ou dispositivos de purificação, ou ambos quando necessário, para produzir o ar medicinal com os seguintes limites máximos poluentes toleráveis:
- a) N2: balanço;
 - b) O2: 20,4% a 21,4% v/v de oxigênio;
 - c) CO: 5ppm máximo;
 - d) CO2: 500ppm máximo;
 - e) SO2: 1ppm máximo;
 - f) NO2: 2ppm máximo;
 - g) Óleos e partículas sólidas: 0,1 mg/m3 máximo; e
 - h) Vapor de água: 67ppm máxima (ponto de orvalho: -45,5 °C, referido a pressão atmosférica)
- 3.7.18. O sistema deverá dispor de Controlador Lógico Programável que emita alarmes em caso de pane no sistema e alternância automática de funcionamento dos compressores. Em caso de pane ou queda de energia elétrica, o equipamento deverá operar com o sistema elétrico de emergência da Unidade.

3.7.19. O sistema deverá ser montado em abrigo de alvenaria com tratamento acústico para sua proteção ou quando em ambiente externo poderá ter gabinete em alumínio, resistente a intempéries, além de ter revestimento com tratamento acústico.

3.8. Sistema de vácuo medicinal

3.8.1. O sistema deverá ser montado em abrigo de alvenaria com tratamento acústico para sua proteção ou quando em ambiente externo poderá ter gabinete em alumínio, resistente a intempéries, além de ter revestimento com tratamento acústico, sistema de exaustão, e composto de:

- a) Duas unidades geradoras de vácuo, tipo rotativo de palhetas, refrigeradas a ar, simples estágio, vazão mínima de 127 m3/h, vácuo operacional 690mmHg, efetivo ao nível do mar, de forma que com apenas 01(uma) bomba em operação o sistema tenha plena capacidade de suprir a vazão máxima provável do hospital, conforme item 4.6.2 da RDC-50;
- b) O Sistema de Vácuo Medicinal deverá seguir as Normas técnicas e recomendações da ABNT NB12188 -, do Ministério da Saúde – Portaria RDC50 de 21 de fevereiro de 2002, e do Ministério do trabalho - NR13;
- c) Sistema de alarme visual e sonoro;
- d) Que possa operar com sistema elétrico de emergência do hospital, em caso de pane ou queda de energia;
- e) A bomba deverá ser controlada por um painel elétrico, partida direta, em cofre de aço, porta frontal, equipado com contadores, relés, indicadores luminosos, temporizadores e seletores de operação manual ou automático protetores de inversão de fase, sub e sobretensão, indicador de falta de fase e inversão automática;
- f) Reservatório cilíndrico vertical em aço carbono, capacidade mínima 840 litros, dotado de drenos, válvulas esfera e de retenção, vacuômetro e vacuostatos, tubos e conexões, 08 vibrastop;
- g) Instalação de dois filtros bacteriológicos em paralelo, a montante do reservatório, com capacidade de remoção de partículas maiores que 0,1µm; h) Interligação de todos os equipamentos descritos às redes de distribuição existentes, sendo que a interligação deverá ser realizada em trecho de tubulação cujo diâmetro seja suficiente ao perfeito suprimento dos gases, mantendo as capacidades de fluxo e vazão atuais. As tubulações deverão ser executadas em tubo de cobre, sem costura, hidrolar, classe A, limpas e tratadas previamente para uso com oxigênio, conexões em cobre ou latão soldadas com solda prata 35%, pintadas nas cores padronizadas pela ABNT (NBR12188), fixadas com suportes de metal, confeccionados para esta finalidade, devidamente tratadas e em intervalos definidos conforme norma ABNT NBR12188.

4. PROPOSTA COMERCIAL

4.1. A proposta deverá ser apresentada em planilha discriminativa, que deverá conter, no mínimo:

- a) nome do representante legal da empresa e dados;
- b) detalhamento do objeto;
- c) as quantidades;
- d) valores unitários e totais por unidade, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
- e) prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- f) dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma;
- g) CNPJ, telefone, endereço e e-mail;

4.1.1. Nos preços já deverão estar consideradas todas as despesas com tributos, fretes, transportes, seguros e demais despesas que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste Elemento Técnico;

4.2. O termo de apresentação de Proposta, pelas empresas, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e demais despesas que incidam direta ou indiretamente na prestação/fornecimento do objeto deste Elemento Técnico.

5. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. As propostas serão classificadas com o critério de menor preço global, por lote, devendo contemplar o fornecimento de todos os itens descritos em cada um dos lotes, nas quantidades estimadas, observadas as condições definidas no presente instrumento.

6. VISTORIA TÉCNICA

6.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria técnica nos locais da prestação dos serviços em até 2 (dois) dias úteis antes do limite de envio das propostas, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como, de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

6.1.1. A vistoria deverá ser comunicada, previamente, pela Empresa à CONTRATANTE, por meio do endereço eletrônico manutencao@igesdf.org.br ou pelo telefone (61) 3550-8900, ramal 9225 ou 9135.

6.2. A CONTRATANTE autorizará a vistoria informando, por e-mail, a data, o horário e o profissional indicado para acompanhamento da vistoria.

6.3. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a empresa julgar necessário para a elaboração de sua proposta, desde que obedeçam ao prazo estipulado no item 6.1.

6.4. Os custos das vistorias correrão por conta exclusiva da empresa.

6.5. Em nenhuma hipótese, a empresa poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe vistoriado, e arcará com qualquer ônus decorrente desses fatos.

6.6. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria técnica, caberá o mesmo entendimento do item 6.5, desde que seja justificado a opção por não realizar a vistoria técnica.

6.7. Durante a vistoria, a empresa poderá efetuar medições para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade destas com o disposto no Elemento Técnico.

7. HABILITAÇÕES DA EMPRESA

7.1. O Fornecedor deverá apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal, jurídica e técnica, conforme relacionados abaixo:

7.1.1. Referentes às Regularidades Fiscais:

- a) CNPJ – Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) União – Certidão Negativa de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) CNDT – Certidão Negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) FGTS – Certidão Negativa de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade;
- e) Certidão Negativa de regularidade perante as Fazendas Municipal, Estadual ou Distrital da sede do fornecedor;
- f) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União;
- g) CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- h) TCU – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (art. 192, Lei nº 11.101/2005), Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Execução patrimonial, expedidas pelo setor de distribuição da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho do domicílio ou domicílios da pessoa física ou jurídica.

7.1.2. Referentes à Habilitação Jurídica:

- a) Cópia da Cédula de identidade, quando se tratar de empresa Pessoa Física;
- b) No caso de empresa individual: registro empresarial na junta comercial;
- c) No caso de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na junta comercial. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

- d) Documento comprobatório autenticado de seus administradores reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro);
- e) No caso de sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- f) No caso de sociedades civis: inscrição do Ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro civil das Pessoas Jurídicas, prova de diretoria em exercício; acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e
- h) Para todos os efeitos, considera-se como Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da (s) última (s) alteração (ões) referente (s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

7.1.2.1. Quanto à Representação:

- a) Se representante legal apresentar procuração por instrumento particular ou público, com poderes para praticar os atos pertinentes da Seleção de Fornecedores;
- b) Na hipótese de procuração por instrumento particular, deverá vir acompanhada do documento constitutivo do proponente ou de outro documento em que esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário; e
- c) O representante legal constante na procuração deverá apresentar documento comprobatório autenticado reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro), assim como do sócio outorgante.

7.1.3. Referentes à Habilitação Técnica:

- a) Comprovante de Registro de Quitação (CRQ) no Conselho Regional da jurisdição da empresa, comprovando atividade relacionada com o objeto;
- b) DA EMPRESA: Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), juntamente com Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT), emitido em seu nome, por empresa(s) de direito público ou privado, que a empresa comprove ter executado ou estar executando por, no mínimo 1 (um) ano, serviços com características e complexidade àqueles relativos ao objeto do Elemento Técnico;
- c) DO PROFISSIONAL: Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), com Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT), juntamente com Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho, do(s) Profissional(is) de nível superior, que irá(ão) executar os serviços, que possua(m) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica com características e complexidades àqueles relativos ao objeto do Elemento Técnico;
- d) Para fornecimento dos itens constantes do lote 1, o profissional deverá apresentar registro ou inscrição nas entidades profissionais competentes - CRQ ou CRF. Deverão apresentar, também, em virtude do item 16, lote 1, na tabela 1, os registros ou inscrições no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.
- e) Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que a empresa fornece ou forneceu, satisfatoriamente, objetos compatíveis com aqueles constantes desta licitação, e que os termos contratuais estão sendo ou foram cumpridos integralmente, de acordo com os quantitativos abaixo:

I - Lote 1: 01 (um) ano de fornecimento de gás do tipo Oxigênio líquido medicinal, com volume mínimo de 10.000,00 metros cúbicos por mês.

II - Lote 2: 01 (um) ano de fornecimento de ar comprimido medicinal, com vazão mínima de 200,00 metros cúbicos por hora.

III - Lote 3: 01 (um) ano de fornecimento de vácuo clínico, com vazão mínima de 200,00 metros cúbicos por hora.

7.1.3.1. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitidos, preferencialmente, em papel timbrado, contendo data, a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato – ou qualquer outro meio com o qual o IGESDF possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante, se for o caso.

7.1.3.2. Deverá(ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de responsabilidade por serviços técnicos, ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo conselho competente, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do CONTRATANTE e pessoa jurídica e da pessoa jurídica CONTRATADA; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no Conselho; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados (somente para a comprovação operacional da Empresa).

7.1.3.3. A(s) certidão(ões) de registro no Conselho e Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), emitidas via Internet, somente será(o) aceita(s) se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação.

7.1.3.4. Poderão ser apresentados tantos atestados, inclusive derivado de contratos distintos, quanto forem necessários para a comprovação das características mínimas exigidas.

7.2. Autorização de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária.

7.3. A qualquer momento durante o processo ou no prazo de vigência do instrumento contratual, o IGESDF poderá solicitar, para fins de comprovação, as cópias autenticadas ou os originais da documentação exigida neste elemento técnico.

8. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 8.1. Os serviços objeto do presente Elemento Técnico serão formalizados mediante Contrato;
- 8.2. A vigência da prestação dos serviços será de 30 (trinta) meses a contar da assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante Atos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses;
- 8.3. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso formal à outra com 60 (sessenta) dias de antecedência;
- 8.4. A empresa vencedora deverá iniciar a execução dos serviços imediatamente após a assinatura do respectivo Contrato e emissão da Ordem de Serviço/ Fornecimento por parte da CONTRATANTE, observando e cumprindo os prazos estabelecidos neste Elemento Técnico e no Contrato;

A referida vigência não exonera o fornecedor do cumprimento da garantia mínima do(s) serviço(s), contados a partir da data do termo de recebimento definitivo do objeto.

9. GARANTIA CONTRATUAL

- 9.1. A empresa deverá prestar garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento, de acordo com as modalidades previstas no art. 30 do Regulamento de Compras e Contratações do IGESDF, que ficará sob responsabilidade deste.
- 9.2. O período de garantia deverá compreender o prazo de vigência do contrato.
- A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento pela CONTRATADA.

10. MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

- 10.1. A medição será realizada pela Fiscalização do Contrato, que atestará a medição após a conferência dos quantitativos e valores apresentados no documento entregue.
- 10.2. Com a validação do documento pela Fiscalização do Contrato, será autorizada a emissão da Nota Fiscal.
- 10.3. Se, após o recebimento da Nota Fiscal pela Fiscalização, for identificada qualquer falha na execução cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após a regularização das falhas detectadas.
- 10.4. Os recebimentos, provisório e definitivo, não excluem a responsabilidade civil da CONTRATADA, pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia previsto em Lei.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Cumprir o objeto deste Elemento Técnico, de acordo com a proposta apresentada, incluindo o atendimento a todas as obrigações do instrumento contratual bem como deste Elemento Técnico, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes dos serviços prestados, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço.
- 11.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA, com os respectivos custos previstos e inclusos no valor do Contrato, o fornecimento de todos os materiais de consumo, peças de reposição e demais produtos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços contratados.
- 11.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA, efetuar a troca ou reparo dos cilindros e medidores de pressão quando houver alguma avaria que impossibilite o uso.
- 11.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA, efetuar anualmente reparo e pintura dos tanques e cilindros.
- 11.5. Todas as peças empregadas deverão ser originais ou equivalentes em qualidade, características físicas, elétricas, dentre outras.
- 11.6. A aplicação de toda e qualquer peça, seja original ou não, só poderá ser feita com aprovação escrita do responsável da CONTRATANTE.
- 11.7. Todas as peças e materiais substituídos deverão ser descartados pela CONTRATADA, seguindo as orientações da legislação vigente.
- 11.8. Executar os serviços objeto do contrato com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE, utilizando-se materiais novos e de primeira linha com qualidade igual ou superior aos existentes nas instalações, reservando-se, ao CONTRATANTE, o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem reciclados, recondicionados ou reaproveitados;
- 11.9. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito da Fiscalização do Contrato. Os casos não abordados serão definidos pela CONTRATANTE, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

- 11.10. Manter os *softwares/hardwares* porventura utilizados na execução dos serviços atualizados.
- 11.11. Executar ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para a realização dos testes necessários à aferição dos serviços.
- 11.12. Responder, integralmente, pelos danos causados ao IGESDF ou à terceiros por sua culpa ou dolo, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do IGESDF e dos participantes.
- 11.13. Exigir que seu pessoal se apresente ao Núcleo de Engenharia da CONTRATANTE, antes de iniciar a execução de qualquer serviço e empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado conforme especificações constantes do Elemento Técnico, além de alocar os quantitativos necessários para a execução dos serviços.
- 11.14. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, fornecer uniforme que a identifique e que atenda aos padrões mínimos de apresentação, higiene e segurança, conforme Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 11.14.1. O fornecimento de uniformes e crachás de identificação será obrigatório e por conta da CONTRATADA. No crachá deverá constar nome da CONTRATADA, nome do funcionário, função/cargo e fotografia do funcionário.
- 11.14.2. A CONTRATADA deve fornecer, além dos uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.
- 11.15. Manter todos os equipamentos de medição aferidos por empresa especializada, credenciada e certificada pelo INMETRO.
- 11.16. Fornecer um monitor com autonomia para visualização gráfica e recebimento de mensagem de erro em tempo real, de todos os pontos críticos de funcionamento do(s) equipamento(s).
- 11.17. Comunicar imediatamente à Fiscalização do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços a fim de se adotar as medidas cabíveis em cada caso. Comunicar, outrossim, de forma escrita e detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer.
- 11.18. Os serviços em equipamentos que, por motivos técnicos, não puderem ser executados nos locais onde estão instalados ensejarão a retirada por parte da CONTRATADA mediante prévia autorização por escrito da Fiscalização do Contrato, ficando a CONTRATADA inteiramente responsável pela integridade física do equipamento durante a retirada, transporte, conserto e reinstalação, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.
- 11.19. Deixar, após os serviços, as instalações em bom aspecto, não sendo admitidos desleixos os quais não inspirem segurança e que sejam desagradáveis à vista e ao uso.
- 11.20. Remover material/entulho, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização dos serviços, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes.
- 11.21. Comunicar ao Fiscal do Contrato o uso indevido dos ambientes que compõem as instalações como depósito de materiais estranhos aos sistemas objeto do contrato.
- 11.22. Cuidar para que todas as áreas relacionadas aos serviços permaneçam sempre limpas e arrumadas, mantendo os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade.
- 11.23. Recolocar em seus respectivos lugares, móveis e equipamentos, quando retirados para execução de serviços.
- 11.24. Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e componentes dos sistemas descritos neste documento, decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da CONTRATADA na manutenção ou operação, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos e sistemas.
- 11.24.1. Nesta situação, todas as peças deverão ser originais e substituídas pela fornecedora dos equipamentos e, se necessário, para não perder a garantia, substituída por técnicos especializados credenciados pelo fabricante.
- 11.25. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao prédio do CONTRATANTE. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.
- 11.26. Atender com a máxima presteza as solicitações para correções de falhas, mau funcionamento e defeitos nos equipamentos/sistemas objeto do presente documento.
- 11.27. Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:
- a) Assim estiver previsto e determinado no contrato;
 - b) For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;
 - c) Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;
 - d) Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, à juízo da Fiscalização do Contrato, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
 - e) O Fiscal do Contrato assim o determinar ou autorizar por escrito, no Livro de Ocorrências;
 - f) Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual.

- 11.28. Solicitar previamente à Fiscalização do Contrato, autorização para movimentar equipamentos ou, então, modificar elementos existentes no prédio a fim de facilitar a execução de seus serviços.
- 11.29. Quando da execução dos serviços, realizar o transporte, horizontal e vertical, de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 11.30. Estar sempre em contato com a Fiscalização do Contrato.
- 11.31. Promover a substituição de materiais, ferramentas e equipamentos não adequados ao uso nos serviços.
- 11.32. Identificar todos os equipamentos, ferramentas, e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATADA.
- 11.33. Manter atualizados os dados cadastrais, comunicando ao IGESDF toda e qualquer alteração.
- 11.34. Designar um (ou mais) prepostos, por meio de Carta de Preposição, com poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do Contrato.
- 11.35. Transportar os cilindros e tanques de acordo com as prescrições da RDC ANVISA nº 69/2008, devendo estar estivados nos veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar, devendo tais medidas ser também adotadas durante o descarregamento.
- 11.36. Entregar ao Contratante, juntamente com a entrega e instalação dos equipamentos, toda a documentação técnica e de segurança, oferecer orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos, bem como oferecer treinamentos periódicos aos profissionais do IGESDF para operação correta dos sistemas instalados.
- 11.37. Realizar a manutenção corretiva de qualquer equipamento de sua propriedade, tanques criogênicos estacionários ou móveis, cilindros e equipamentos/materiais complementares a esses sistemas, inclusive com o fornecimento e troca imediata das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, sem restrição ou limitação de chamadas, horário ou número de horas e sem ônus adicionais ao Contratante.
- 11.38. Realizar a manutenção preventiva dos equipamentos de sua propriedade, tanques criogênicos estacionários ou móveis, cilindros e equipamentos/materiais complementares a esses sistemas, inclusive com o fornecimento e troca imediata das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, conforme as exigências da legislação específica vigente e sem ônus adicionais ao Contratante;
- 11.39. Apresentar diagnóstico do(s) equipamento(s)/sistema(s) recebido(s), assim como o inventário com relação dos componentes do sistema com sua localização e, quando couber, com nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade e outros dados que se fizerem necessário à perfeita identificação do(s) equipamento(s)/sistema(s).
- 11.40. Apresentar proposta de plano de contingência a ser adotado nos casos de paralisação do equipamento/sistema, na ocorrência de problemas na execução dos serviços, de substituição de equipamentos não reparados dentro do prazo estabelecido, dentre outros.
- 11.41. A Contratada deverá entregar cronograma detalhado das atividades de manutenção preventiva dos equipamentos e sistemas de sua propriedade para aprovação do IGESDF, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a instalação dos mesmos.
- 11.42. Responsabilizar-se integralmente pela instalação, manutenção e eventual substituição dos sistemas fornecidos.
- 11.43. Disponibilizar mais de um número de telefone em funcionamento por regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 dias por semana, sendo ao menos um deles do tipo telefone celular habilitado com aplicativo de mensagens ao preposto da CONTRATADA, ou pessoa por ele designada, a fim de que possa ser contatado nos finais de semana, feriados ou após o expediente normal de serviços em caso de emergência, sem ônus para a CONTRATANTE. Ele ficará responsável por reunir a equipe necessária para execução do serviço emergencial;
- 11.43.1. Os números para acionamento do aparelho de comunicação deverão ser informados à Fiscalização do Contrato, quando do início da vigência do contrato, junto à carta de preposição;
- 11.43.2. Em caso de acionamento por problemas emergenciais, o atendimento prestado pela equipe da CONTRATADA, deve ser realizado no local solicitado em um prazo máximo de **2 (duas) horas, inclusive nos fins de semana, feriado e fora do horário comercial.**
- 11.43.3. O acionamento de forma emergencial para abastecimento e manutenções nos sistemas da CONTRATADA não ensejarão, em hipótese alguma, ônus à CONTRATANTE.
- 11.43.4. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, a CONTRATADA deverá comunicar o novo número à Fiscalização do Contrato imediatamente.
- 11.44. Informar aos seus empregados da proibição de retirarem-se dos prédios ou instalações da CONTRATANTE portando volumes.
- 11.45. Solicitar autorização da Fiscalização do Contrato, caso os serviços impliquem na paralisação do equipamento por período superior à 1 (uma) hora.
- 11.46. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços descritos neste documento, sem qualquer tipo de interrupção, que não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços.

11.47. Responsabilizar-se por todas as questões, reclamações, demandas judiciais (civis, penais, trabalhistas), ações por perdas ou danos e indenizações oriundas da prestação dos serviços.

11.48. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável e relacionado aos serviços contratados.

11.49. Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

11.50. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Fiscal do Contrato, e sobre a obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança do trabalho. O Fiscal do Contrato poderá paralisar os serviços no caso dos empregados não estarem devidamente protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA.

11.51. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos.

11.52. Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e outros órgãos competentes, em especial, estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento da Norma Regulamentadora NR – 9, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), aprovada pela Portaria MTb n. 3.214, de 8 de junho de 1978, e alterações posteriores, que regulamenta o art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, e garantir, custear e indicar médico do trabalho, de acordo a Norma Regulamentadora NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO).

11.52.1. A CONTRATADA deverá encaminhar ao SESMT, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, os indicadores de acidentes de trabalho sofridos por seus colaboradores.

11.53. Assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, sendo a recusa injustificada do adjudicatário caracterizada como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11.54. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.55. Ao emitir a Nota Fiscal, a Empresa deverá seguir fielmente a descrição do objeto.

11.56. Cronograma de implantação:

11.56.1. Apresentar em até 07 (sete) dias de vigência do Contrato:

a) Carta de preposição com o Responsável Técnico pela execução do contrato, o qual deverá ser contatado em caso de problemas na execução dos serviços.

b) Os telefones para execução dos chamados no horário comercial e fora deste (regime de plantão).

c) Relação e documentação pessoal (RG, CPF, comprovante de endereço e comprovante de instrução) e de qualificação profissional (CTPS e certificados de qualificação técnica) do(s) profissional(is) designado(s) para atuar(em) nos serviços.

d) Declaração prévia de documentação técnica e treinamento do(s) profissional(is) (registro de classe e treinamentos de segurança exigidos pelo Ministério do Trabalho);

e) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais registradas no Conselho de Classe, devidamente assinadas. Quando da substituição de Responsável Técnico, deverá ser providenciada nova ART, apresentando-a à Fiscalização do Contrato.

f) Plano de trabalho, contendo Plano de Manutenção Programada para todos os sistemas instalados (Oxigênio Líquido medicinal, Ar comprimido medicinal, Vácuo clínico) bem como Plano de fornecimento dos gases armazenados em cilindros.

g) Plano de Instalação das Unidades supracitadas, com cronograma físico e plano de contingência de maneira que o EAS não fique desabastecido em nenhum momento, durante a instalação e desinstalação de quaisquer equipamentos.

11.56.2. Os documentos listados nas alíneas acima deverão ser apresentados em reunião presencial inicial, com a equipe técnica do IGESDF. Tais documentos poderão sofrer alterações de acordo com as orientações do corpo técnico do Instituto.

11.56.3. Os cilindros avariados e/ou enviados para manutenção deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Elemento Técnico.

12.2. Emitir a Ordem de Serviço/Fornecimento dos serviços contratados.

12.3. Permitir o acesso dos empregados da empresa às dependências do IGESDF onde serão executados os serviços, desde que os mesmos estejam devidamente uniformizados e identificados com cartões de identificação (crachá) e com os equipamentos de proteção individual, exigidos e aplicáveis e o eficaz atendimento dos serviços requeridos e desde que dentro das datas e horários previamente agendados com o Núcleo de Engenharia.

12.4. Determinar o imediato afastamento de qualquer empregado integrante da equipe designada para a execução dos serviços que, por exclusivo critério deste, esteja sem uniforme, crachá ou dificultando a fiscalização, o bom andamento, a boa

qualidade dos serviços, não acate as ordens tampouco respeite a autoridade da CONTRATANTE, ou cuja permanência na área for julgada inconveniente.

12.4.1. Caso haja a substituição do empregado, seja por iniciativa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, o substituto deverá possuir qualificação profissional igual ou superior a do substituído, sendo que isso deverá ser comprovado mediante documentação a ser encaminhada para a fiscalização do Contrato.

12.5. Programar, periodicamente, os serviços que deverão ser cumpridos pela CONTRATADA, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e das pessoas.

12.6. Atestar os serviços e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA para a devida execução das atividades para que foram contratadas.

12.7. Conferir as Notas Fiscais e seus respectivos relatórios e, se em conformidade com o executado, atestar a prestação dos serviços.

12.8. Exigir da CONTRATADA, quando da apresentação da Nota Fiscal, a comprovação do valor de aquisição das peças de reposição utilizadas mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/ Cupom Fiscal de compra.

12.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Elemento Técnico.

12.10. Devolver à CONTRATADA as Notas Fiscais em que se verificarem inconformidade para as devidas correções.

12.11. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais, após o procedimento administrativo, garantidos o direito à prévia e ampla defesa e ao contraditório.

12.12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos que venham a ser contratados pelos empregados da CONTRATADA.

12.13. Exigir, à qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à habilitação na Seleção de Fornecedores.

12.14. Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio implantadas nas dependências da CONTRATANTE.

12.15. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato através de funcionários especialmente designados, os quais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas aos serviços prestados.

12.16. Rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com as especificações constantes do Contrato. Neste caso, a CONTRATADA deverá retirá-los das dependências do CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Os serviços rejeitados deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

12.17. Comunicar à CONTRATADA eventuais falhas e irregularidades observadas na execução dos serviços, determinando prazo para adoção das providências saneadoras.

12.18. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de exercer, à seu critério, fiscalização sobre os serviços contratados e, ainda, aplicar as penalidades cabíveis ou a rescisão do contrato, caso a CONTRATADA venha a descumprir o Contrato.

12.19. Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, fixando normas nos casos não especificados e determinando as providências cabíveis.

12.20. Suspender a execução, total ou parcial, dos serviços, a qualquer tempo, sempre que julgar necessário.

13. FISCALIZAÇÃO

13.1. O presente contrato será fiscalizado por prepostos determinados pelo IGESDF, respondendo por cada unidade a ser abastecida, o qual será responsável pelo recebimento do serviço, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

13.2. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do serviço, para representá-lo sempre que necessário.

13.3. A CONTRATANTE só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações técnicas, normas da ABNT e dos fabricantes dos equipamentos que, porventura, forem utilizados. Caberá à CONTRATADA todo o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

14. PAGAMENTO

14.1. Os documentos fiscais serão atestados pelo IGESDF após a conclusão do serviço.

14.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o serviço executado ou produto fornecido.

14.3. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias a partir do Atesto da Nota Fiscal por parte do Núcleo contratante e validações da Gerência e da Superintendência da Unidade, exclusivamente por meio de depósito bancário em conta corrente.

14.3.1. Sendo o pagamento realizado mediante depósito em conta corrente, o Fornecedor não deverá fazer a emissão de boleto bancário, sob pena de haver cobrança indevida.

14.4. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de nota fiscal, conforme segue:

- a) Nota Fiscal;
- b) Entrega da Nota Fiscal emitida, na forma abaixo:
 - **NOME:** INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - C.N.P.J: 28.481.233/0001-72
 - **ENDEREÇO:** SHMS - ÁREA ESPECIAL QUADRA 101 - BLOCO A
 - **CEP:** 70.335-900.
- c) Na Nota Fiscal ou fatura deverá constar obrigatoriamente o nome do Banco, Agência e Conta Corrente da CONTRATADA, para a realização do pagamento obrigatoriamente por crédito em conta corrente.
- d) Caso as notas fiscais ou faturas tenham sido emitidas com incorreções ou em desacordo com a legislação vigente, serão devolvidas e o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da reapresentação das mesmas.
- e) Caso algum item constante na nota fiscal seja impugnado, o IGESDF liberará a parte não sujeita a contestação, retendo o restante do pagamento até que seja sanado o problema.
- f) Deverá conter o número do instrumento contratual de referência.

15. PENALIDADES

15.1. O atraso injustificado na entrega do(s) serviço(s) e produto(s), objeto do presente Elemento Técnico, sujeitará o fornecedor, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 35, 41, 42 e 43 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, às seguintes multas:

- a) 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor total da aquisição, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) 10% (dez por cento), cumulativamente, sobre o valor total da aquisição, após 30 (trinta) dias, podendo ainda o IGESDF, a seu critério, impedir o fornecedor de participar de novas cotações com este Instituto.
- c) 2% (dois por cento), aplicado no valor do faturamento do mês corrente, por hora de atraso em chamados de emergência a qualquer tempo, até o limite de 24 (vinte e quatro) horas;
- c.1) A partir deste prazo aplica-se cumulativamente a sanção especificada na alínea a) deste item.

15.2. O atraso injustificado de entrega dos itens superior a 30 (trinta) dias corridos, será considerado como inexecução total do objeto, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente do IGESDF.

15.3. No caso de aplicação das penalidades previstas neste Elemento Técnico e seus Anexos, será concedido prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recursos.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MANAIA ANHE - Matr.0000133-5, Engenheiro(a)**, em 30/01/2020, às 14:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DICKSON DOS SANTOS GOMES - Matr. 0000407-4, Engenheiro(a)**, em 30/01/2020, às 14:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO AMORIM DE OLIVEIRA - Matr. 0000214-1, Engenheiro(a)**, em 30/01/2020, às 14:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **KARINNE BORGES MESQUITA - Matr.0000416-3, Diretor(a)**, em 30/01/2020, às 16:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO TEIXEIRA GOMES - Matr.0000011-5, Gerente**, em 03/02/2020, às 10:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **31842311** código CRC= **06F4299D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Brasília - DF - Bairro Asa Sul - CEP 70335900 - DF
33151664

04016-00026983/2019-12

Doc. SEI/GDF 31842311